

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP

CNPJ 03.558.096/0001-04



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia" ou "Sulacap"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. **1. Conjuntura econômica:** Ao final de 2019, a economia brasileira apresentava sinais de retomada de crescimento. Ao longo do ano, diversos impactos - evento Brumadinho, crise na Argentina, desaceleração global - prejudicaram um processo mais firme de recuperação. Fatores pontuais impulsionaram o crescimento no segundo semestre, com destaque para a liberação dos saques do FGTS/PIS, que, ao lado de uma melhoria das condições financeiras, favoreceram a expansão do crédito e incrementaram o consumo das famílias. Os investimentos também ganharam força no período, beneficiados pela elevação da confiança dos empresários, que se seguiu à aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas com reformas focadas no endereçamento do quadro fiscal brasileiro. Com essa recuperação relativa, a economia, que iniciou 2019 em ritmo lento, deve encerrar o ano com uma expansão do PIB entre 1,0% e 1,2%. O ano de 2019 deixou também heranças positivas que devem contribuir para um ambiente mais favorável à sustentação do crescimento. A expectativa é que a inflação em 2020, medida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), seja menor do que a de 2019, que foi afetada por diversos choques de preços no final do ano, cujos efeitos devem arrefecer ao longo de 2020. A taxa básica de juros da economia (Selic) recuou de 6,5% no início do período para 4,5% em dezembro/2019, refletindo o quadro de inflação mais

confortável e o crescimento econômico moderado. Houve uma mudança importante no padrão de crescimento da economia brasileira em 2019. De uma expansão comandada por gastos públicos e crédito oficial, conforme visto em retomadas anteriores, passou-se para um crescimento dirigido pelos investimentos privados e pelo consumo das famílias. Esse comportamento, mais saudável e sustentável se comparado a ciclos anteriores, elevou as expectativas para o crescimento do PIB em 2020, denotando um ambiente mais positivo para o ano.

2. Principais Informações Financeiras:

(R\$ milhões)	2019	2018	Δ
Receita líquida com títulos de capitalização	72,6	71,7	1,3%
Variação das provisões técnicas	1,4	-0,6	NA
Resultado do sorteio	-21,7	-23,9	9,4%
Custos de aquisição	-28,9	-25,1	-15,1%
Outras receitas e despesas operacionais	12,0	-7,0	NA
Despesas administrativas, tributos	-44,6	-39,6	-12,4%
Resultado financeiro	31,5	36,2	-12,9%
Resultado patrimonial	-0,0	31,9	NA
Lucro líquido do exercício	15,2	30,8	-50,6%

3. Comentário sobre o desempenho: A receita líquida com títulos de capitalização da Sulacap totalizou R\$72,6 milhões em 2019, 1,3% superior à receita apresentada em 2018. O resultado com sorteio totalizou R\$21,7 milhões negativos em 2019 ante R\$23,9 milhões negativos no ano anterior, com uma variação positiva de 9,4%. Em 2019, os custos de aquisição apresentaram uma piora de 15,1% em relação a 2018, registrando R\$28,9 milhões. A redução do resultado patrimonial no período é explicada pela transferência da participação da Companhia na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap") para a sua controladora Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("SANTA CRUZ"). O resultado financeiro foi de R\$31,5 milhões, redução de 12,9% em relação ao exercício anterior. O lucro líquido em 2019 foi de R\$15,2 milhões, 50,6% abaixo do apresentado no ano anterior.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Notas			Notas				
2019			2018				
(em milhares de reais)							
Ativo			Passivo				
Ativo circulante	-	806.510	875.392	Passivo circulante	-	731.326	711.122
Disponível	-	1.166	3.578	Contas a pagar	-	32.387	42.482
Caixa e bancos	-	1.166	3.578	Obrigações a pagar	10,1	25.807	23.094
Aplicações	5	792.157	840.217	Impostos e encargos sociais a recolher	-	2.681	1.157
Créditos das operações de capitalização	-	1.149	9.832	Encargos trabalhistas	-	1.145	1.534
Créditos das operações de capitalização	6	1.149	9.832	Impostos e contribuições	-	263	254
Outros créditos operacionais	-	78	-	Outras contas a pagar	10,2	2.491	16.443
Títulos e créditos a receber	-	11.854	21.448	Débitos de operações com capitalização	-	242	471
Títulos e créditos a receber	7	922	9.275	Débitos operacionais	-	242	471
Créditos tributários e previdenciários	8	9.847	10.914	Depósitos de terceiros	11	2.348	3.401
Outros créditos	14,1	1.085	1.259	Provisões técnicas - capitalização	12	695.446	663.277
Despesas antecipadas	-	106	317	Provisão para resgates	-	643.528	602.837
Ativo não circulante	-	124.777	223.981	Provisão para sorteio	-	44.318	51.489
Realizável a longo prazo	-	115.854	128.596	Provisão administrativa	-	7.600	8.951
Títulos e créditos a receber	-	115.854	128.596	Outros débitos	-	903	1.491
Créditos tributários e previdenciários	8	23.168	18.353	Provisões judiciais	15,2	903	1.491
Depósitos judiciais e fiscais	15,1	92.686	110.243	Passivo não circulante	-	110.038	121.867
Investimentos	-	433	84.507	Contas a pagar	-	56.137	71.549
Participações societárias	9,1	-	83.302	Obrigações a pagar	10,1	41.091	69.509
Imóveis destinados a renda	-	79	173	Outras contas a pagar	10,2	15.046	2.040
Outros investimentos	-	354	1.032	Outros débitos	-	53.901	50.318
Imobilizado	-	74	170	Provisões judiciais	15,2	53.901	50.318
Bens móveis	-	74	170	Patrimônio líquido	-	89.923	266.384
Intangível	-	8.416	10.708	Capital social	16,1	56.620	216.620
Outros intangíveis	-	8.416	10.708	Reservas de capital	-	9	9
Total do ativo		931.287	1.099.373	Reservas de reavaliação	-	3.683	3.683
				Reservas de lucros	-	16.783	30.835
				Ajustes de avaliação patrimonial	-	12.828	15.237
				Total do passivo		931.287	1.099.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Capital social		Reservas de capital		Reserva de reavaliação		Reserva legal		Reserva estatutária		Total das reservas de lucros		Ajustes de valores mobiliários		Lucros acumulados		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Saldos em 01/01/2018	180.518	9	3.683	36.102	36.102	76.140	112.242	15.731	-	-	-	312.183	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reserva legal, conforme ata do dia 29/03/2018	36.102	-	-	(36.102)	-	(36.102)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	(494)	-	-	-	-	(494)	-	-	-	-
Indenização por grupamento de ações	-	-	-	-	-	(20.491)	(20.491)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.491)
Distribuição de dividendos, sendo R\$1.380.708,85 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 24/07/2018	-	-	-	-	-	(48.325)	(48.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.325)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.834
Proposta para distribuição do resultado:																	
Dividendos obrigatórios antecipados pagos, sendo R\$209.230,08 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 24/07/2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.323)
Reserva legal	-	-	-	1.542	-	1.542	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.542)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	21.969	21.969	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.969)
Saldos em 31/12/2018	216.620	9	3.683	1.542	29.293	30.835	15.237	-	15.237	-	-	266.384	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	(2.409)	-	-	-	(2.409)	-	-	-	-	(2.409)
Redução de capital conforme Portaria SUSEP nº 32 de 02/05/2019	(160.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(160.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.240	15.240	-	-	-	-
Proposta para distribuição do resultado:																	
Dividendos intercalares pagos, sendo R\$836.920,32 (em reais) por ação, conforme RCA rerratificada do dia 11/04/2019	-	-	-	-	-	(25.672)	(25.672)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.672)
Dividendos obrigatórios intercalares pagos, sendo R\$836.920,32 (em reais) por ação, conforme RCA rerratificada do dia 11/04/2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.620)
Reserva legal	-	-	-	762	-	762	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(762)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.858	10.858	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.858)
Saldos em 31/12/2019	56.620	9	3.683	2.304	14.479	16.783	12.828	-	12.828	-	-	89.923	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Descrição	2019	2018
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.240	30.834
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	2.166	718
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	-	6.801
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	-	(168)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(31.937)
Outros ajustes	3.994	2.432
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	45.651	(35.248)
Créditos das operações de capitalização	8.683	5.624
Créditos fiscais e previdenciários	(3.250)	(5.775)
Depósitos judiciais e fiscais	20.701	946
Despesas antecipadas	211	(305)
Outros ativos	166	1.770
Outras contas a pagar	(92.384)	11.544
Débitos de operações com capitalização	(229)	275
Depósitos de terceiros	(1.053)	1.591
Provisões técnicas - capitalização	32.169	36.988
Provisões judiciais	(3.172)	10.380
Caixa consumido pelas operações	28.893	36.470
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	33.130	59.454
Impostos sobre o lucro pagos	(7.052)	(10.267)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	54.971	85.657
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	-	119
Pagamento pela compra:		
Intangível	-	(1.593)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(1.474)
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(24.847)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(29.292)	(70.098)
Outros	(3.244)	(10.826)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(57.383)	(80.924)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.412)	3.259
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.578	319
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.166	3.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com produtos de capitalização. A Companhia também atua na participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ), que possui 100% de participação na Companhia e tem como acionista controlador indireto a Sul América S.A. (SASA), que tem como principal acionista a Sulaspar Participações S.A. (SULASPAR), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que detém 50,82% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais de emissão da SASA, que representam, em conjunto, 25,63% do capital total da SASA, excluídas as ações mantidas em tesouraria. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 21/02/2020, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). A Companhia opera no segmento de capitalização e atua, principalmente, nas seguintes modalidades: **Incentivo:** Representados por títulos de capitalização que estão vinculados a um evento promocional de caráter comercial instituído pelo subscritor. O subscritor, neste caso, é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional. **Tradicional:** Representados por títulos de capitalização que têm por objetivo restituir ao titular, ao final do prazo de vigência, no mínimo, o valor total dos pagamentos efetuados pelo subscritor, desde que todos os pagamentos previstos tenham sido realizados nas datas programadas. **Instrumento de garantia:** Esta modalidade tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro. A modalidade que era comercializada dentro da modalidade tradicional, utilizada para substituir o fiador nas transações de aluguel de imóveis passou a ser tratada especificamente a partir de maio de 2019, conforme Circular SUSEP nº 569/2018. **1.1. Venda de parte da carteira de capitalização e sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap") para o Grupo ICATU:** Em 13 de maio de 2019, a Sul América S.A. (SASA) divulgou fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que suas controladas indiretas Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (SULACAP) e SANTA CRUZ assinaram, nesta data, contratos para venda de parte de sua carteira de capitalização, assim como da sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. (CaixaCap). Esta transação, com valor econômico estimado em R\$100 milhões na data-base de 31/12/2018, tem como objetivo concentrar a atuação da Sul América em segmentos em que possui maior potencial de crescimento e vantagens competitivas. A conclusão das operações está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, usuais neste tipo de negócio, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes.

4. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2019	2018
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	23,8	36,9
(-) Impostos e contribuições	-6,4	-3,3
(-) Participações	-2,2	-2,7
Subtotal	15,2	30,8
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-0,8	-1,5
Lucro líquido ajustado	14,5	29,3
Dividendos mínimos obrigatórios	3,6	7,3
Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	3,6	7,3
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	-
Constituição da reserva estatutária	10,9	22,0

5. Reorganizações societárias: Em 13 de maio de 2019, a Sul América S.A. ("SASA") divulgou fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que suas controladas indiretas Sulacap e SANTA CRUZ assinaram, naquela data, contratos para venda de parte de sua carteira de capitalização, assim como da sua participação minoritária na CaixaCap. Esta transação, com valor econômico estimado em R\$100 milhões na data-base de 31/12/2018, tem como objetivo concentrar a atuação da SASA em segmentos em que possui maior potencial de crescimento e vantagens competitivas. A transação foi concluída em 3 de fevereiro de 2020, conforme comunicado ao mercado divulgado pela SASA. **6. Investimentos:** Em 02/01/2019, foi aprovada a redução de capital social da Companhia no montante de R\$160,0 milhões. Como restituição à sua controladora SANTA CRUZ, a Companhia se comprometeu a transferir o total de sua participação na CaixaCap e o valor residual em dinheiro. Deste modo, em 31/12/2019, a Companhia não possuía investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **7. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até**

continuação

Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mesmos (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e os mitigadores dos riscos identificados.

4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago caso a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de Compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de

empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão de capital: A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2019 e 2018, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

	2019	2018
Patrimônio líquido contábil	89.923	266.384
Deduções:		
Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	–	(83.302)
Despesas antecipadas	(106)	(317)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido	(21.734)	(14.922)
Ativos intangíveis	(8.416)	(10.708)
Obras de arte	(404)	(1.032)
Ajustes econômicos:	5.695	13.631
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	64.958	169.734
Capital base (b)	10.800	10.800
Capital de risco (c)	20.775	31.793
Capital adicional de risco de subscrição (d)	5.671	6.101
Capital adicional de risco operacional (e)	4.794	4.938
Capital adicional de risco de crédito (f)	7.673	9.883
Capital de risco de mercado (g)	8.151	19.284
Capital mínimo requerido (CMR) (h)	20.775	31.793
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h) (*)	44.183	137.941
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)	68,02%	81,27%

(*) A suficiência de capital em 31/12/2019, se utilizada estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) apurada pela SUSEP no cálculo do risco de mercado, seria de R\$46.380. Em 31/12/2019, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$96.319 (R\$176.482 em 2018), que correspondem a 463,63% (555,10% em 2018) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP nº 321/2015.

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
Títulos de renda fixa - privados	–	–	19.225	19.366	–	19.366
Letras financeiras	–	–	19.225	19.366	119,00% CDI	19.366
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	726.921	756.345	–	756.345
Letras financeiras do tesouro	–	–	204.337	204.356	SELIC	204.356
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Pré-fixado	–	–	291.217	301.612	11,30% a.a.	301.612
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Série F - Pré-fixado	–	–	215.282	229.856	12,05% a.a.	229.856
Série B - pós-fixado IPCA	–	–	16.085	20.521	IPCA + 5,05% a.a.	20.521
Cotas de fundos de investimentos	16.446	16.446	–	–	–	16.446
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	16.446	16.446	–	–	–	16.446
Subtotal	16.446	16.446	746.146	775.711	–	792.157
Percentual total contábil						100,00%
Total						792.157
Circulante						792.157

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
Títulos de renda fixa - privados	–	–	17.943	18.248	–	18.248
Letras financeiras	–	–	17.943	18.248	119,00% CDI	18.248
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	729.770	758.897	–	758.897
Letras financeiras do tesouro	–	–	240.585	240.581	SELIC	240.581
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Pré-fixado	–	–	261.734	273.830	11,21% a.a.	273.830
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Série F - Pré-fixado	–	–	211.929	228.782	12,03% a.a.	228.782
Série B - pós-fixado IPCA	–	–	15.522	15.704	IPCA+5,04% a.a.	15.704
Cotas de fundos de investimentos	63.072	63.072	–	–	–	63.072
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	63.072	63.072	–	–	–	63.072
Subtotal	63.072	63.072	747.713	777.145	–	840.217
Percentual total contábil						100,00%
Outras aplicações						–
Total						840.217
Circulante						840.217

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundo de investimentos de renda fixa.

5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2018	37.067	765.815	802.882
Aplicações	51.759	327.907	379.666
Rendimentos resgate	(3.341)	(104.727)	(108.068)
Principal resgate	(25.444)	(282.950)	(308.394)
Resultado financeiro	3.163	69.013	72.176
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(132)	–	(132)
Ajustes no patrimônio líquido	–	2.087	2.087
Saldo em 31/12/2018	63.072	777.145	840.217

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2018	63.072	777.145	840.217
Aplicações	77.270	116.780	194.050
Rendimentos resgate	(8.346)	(28.181)	(36.527)
Principal resgate	(118.556)	(159.945)	(278.501)
Resultado financeiro	3.087	69.778	72.865
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(81)	–	(81)
Ajustes no patrimônio líquido	–	134	134
Saldo em 31/12/2019	16.446	775.711	792.157

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de VaR Paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e metodologia DV01.

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	259	34
IPCA	150	22
Total	409	56
Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	832	79
IPCA	83	21
Total	915	100

8.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2018	Atualização Adição	Baixa / compensação monetária	Saldo em 31/12/2018	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.221	396	351	(640)	8.328
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	4.660	150	202	(2.237)	2.775
Programa de Integração Social - PIS	2.368	254	514	(510)	2.626
Total	15.249	800	1.067	(3.387)	13.729
Circulante					10.914
Não circulante					2.815

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Atualização Adição	Baixa / compensação monetária	Saldo em 31/12/2019	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.328	854	273	(121)	9.334
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	2.775	6.157	164	–	9.096
Programa de Integração Social - PIS	2.626	–	61	(2.687)	–
Total	13.729	7.011	498	(2.808)	18.430
Circulante					9.847
Não circulante					8.583

Em 2018 a Companhia realizou todos os créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas, não apresentando saldo acumulado em 31/12/2019. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

9. Investimentos: 9.1. Participações societárias:

	Caixa Capitalização S.A.	Total
Saldo em 01/01/2018	112.831	112.831
Dividendos	(59.840)	(59.840)
Equivalência patrimonial	31.937	31.937
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.626)	(1.626)
Saldo em 31/12/2018	83.302	83.302
Dividendos	(24.848)	(24.848)
Transferência (a)	(58.454)	(58.454)
Saldo em 31/12/2019	–	–

(a) Refere-se à transferência do investimento em função de redução de capital conforme informado na nota 16.1.

	2018	2019
Descrição	Caixa Capitalização S.A.	Total
Ativo	3.396.211	–
Passivo	3.056.203	–
Patrimônio líquido	340.008	–
Receita líquida	1.399.268	–
Lucro líquido do exercício	142.342	–
Percentual de participação (%)	24,50%	–
Valor contábil do investimento	83.302	83.302
Quantidade de ações ordinárias	1.960	–

10. Contas a pagar: 10.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2019	2018
Obrigações fiscais (vide nota 15.3)	28.484	54.092
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)	23.930	28.402
Participações no Lucro	2.529	7.554
Demais	11.955	7.555
Total	66.898	92.603
Circulante	25.807	23.094
Não circulante	41.091	69.509

(a) Refinanciamento fiscal – REFIS: Em 27 de maio de 2009, a Lei nº 11.941 instituiu o “NOVO REFIS”, destinado à regularização de débitos relativos a tributos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os quais poderiam ser pagos à vista ou parcelado em até 180 meses, com benefícios de redução dos juros e/ou da multa de mora e de ofício. O percentual do benefício da redução estava associado diretamente ao prazo de pagamento. O parcelamento previa ainda a opção da liquidação dos valores correspondentes à multa de mora ou de ofício, e aos juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de crédito tributário de prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa de contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, com o objetivo de parcelar valores de principal devidos relativos basicamente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante total das obrigações incluído no “NOVO REFIS”, na data da adesão, foi de R\$20.411 (líquido da redução dos benefícios previstos), sendo R\$17.620 correspondente a valores que já estavam registrados como provisões e R\$2.791 de principal cuja provisão foi constituída quando da adesão ao “NOVO REFIS”. Em 09 de outubro de 2013, a Lei nº 12.865 promoveu a reabertura dos prazos estabelecidos na Lei nº 11.941 citada acima. Em dezembro de 2013, a Companhia incluiu

Os ativos referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01, uma vez que effective duration é de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais ativos não apresentaram resultados significativos devido à baixa volatilidade (inferiores a R\$1). 5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis e modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa – públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA. **Nível 2: Letras Financeiras (LF):** Calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

	2019	2018	
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	–	16.446	16.446
Disponível para venda	756.345	19.366	775.711
Total	756.345	35.812	792.157

	2018	2019	
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	–	63.072	63.072
Disponível para venda	758.897	18.248	777.145
Total	758.897	81.320	840.217

6. Créditos das operações de capitalização: Em 31/12/2019, representam créditos a receber de parcerias comerciais relativos a determinados produtos da Companhia, no valor de R\$1.149 (R\$9.832 em 2018). Os referidos créditos são liquidados financeiramente, na maioria dos casos, deduzidos dos resgates devidos aos referidos parceiros.

	2019	2018
Descrição		
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	1.126	5.252
A vencer entre 31 e 60 dias	–	3.915
Total	1.126	9.167
Redução ao valor recuperável	–	–
Total a vencer	1.126	9.167
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	–	496
Vencidos entre 31 e 60 dias	23	169
Vencidos acima de 60 dias	77	177
Total	100	842
Redução ao valor recuperável	(77)	(177)
Total vencidos	23	665
Total de créditos das operações de capitalização	1.226	10.009
Total de redução ao valor recuperável	(77)</	

continuação

Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

17.7. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2019 e 2018, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	23.847	23.847	36.890	36.890
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(5.962)	(3.577)	(9.223)	(7.378)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	20%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	–	(4.880)	(3.904)
Atualização de depósitos judiciais (decisão favorável)	(464)	(278)	–	–
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(1.945)	(1.556)
Despesas não dedutíveis	(310)	(159)	(212)	(165)
Subtotal	(774)	(437)	(7.037)	(5.625)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	–	–	7.984	6.387
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.006	583	–	–
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos	513	308	–	–
Reversão de provisões não dedutíveis	188	113	2	2
Atualização de depósitos judiciais	421	253	639	511
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	497	298	692	554
Outras exclusões	286	825	504	365
Subtotal	2.911	2.380	9.821	7.819
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Redução de incentivos fiscais	291	–	261	–
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	(3.534)	(1.634)	(6.178)	(5.184)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) – crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	–	–	–	(1.807)
Constituição / (reversão) – crédito tributário sobre diferenças temporárias	(1.783)	(1.050)	4.788	2.642
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	1.012	607	1.512	914
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	(771)	(443)	6.300	1.749
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social	(4.305)	(2.077)	122	(3.435)
Alíquota efetiva	18,05%	8,71%	-0,33%	9,31%
Alíquota efetiva combinada	26,76%	26,76%	8,98%	8,98%

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria:** Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretor Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos. **Diretores:** Emil Andery; Laenio Pereira dos Santos; Reinaldo Amorim Lopes; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MT/2244

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

I. O Comitê de Auditoria (“**Comitê**”) da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (“**Companhia**”) no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, até a presente data: • Monitorou e avaliou as exposições e riscos da Companhia, bem como a qualidade e integridade do seu programa de gestão de riscos operacionais e corporativos, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco esse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; • Revisou, previamente à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil independente e à auditoria contábil interna, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos executados no curso do exercício de 2019 e concluiu que as auditorias cumpriram de forma eficaz com o escopo dos trabalhos, bem como observaram os dispositivos

Parecer dos Auditores Atuários Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP, Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (“**Companhia**”), em 31 de dezembro de 2019, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sul América Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos

18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda		Plano de pensão de benefício definido		Total
	Base de cálculo				
Base de cálculo	134		(784)		(650)
Imposto de renda	(34)		196		162
Contribuição social	(20)		118		98
Total	(54)		314		260
Líquido	80		(470)		(390)

Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda		Plano de pensão de benefício definido		Total
	Base de cálculo				
Base de cálculo	2.087		(201)		1.886
Imposto de renda	(522)		50		(472)
Contribuição social	(313)		31		(282)
Total	(835)		81		(754)
Líquido	1.252		(120)		1.132

19. **Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento:** Conforme descrito na nota 16.1., a Companhia reduziu seu capital social em R\$160.000. Do total da redução, R\$58.454 foram liquidados com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a transferência de sua participação na CaixaCap para a controladora SANTA CRUZ, como parte da restituição conforme mencionado na nota 9. **20. Evento subsequente:** Conclusão da venda de parte da carteira de capitalização e sua participação minoritária na CaixaCap para o GRUPO ICATU: Em 03 de fevereiro de 2020 a Controladora indireta SASA comunicou ao mercado, que mediante a implementação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias, foi concluída com sucesso nesta data, a operação de venda da carteira de capitalização da Companhia pelo montante de R\$12.000 apurando um ganho de R\$11.529 e mais R\$486 referente a atualização monetária incidente sobre o preço na data da aquisição até a data de fechamento, em 31/01/2020, bem como a alienação da participação minoritária de sua controlada indireta SANTA CRUZ na CaixaCap, correspondente a 24,5% de seu capital total e votante pelo montante de R\$58.454, sem ganho na operação. As duas operações foram realizadas junto ao Grupo Icatu, já acionista da CaixaCap. O valor da venda esta sujeito a determinados ajustes conforme previsto em contrato. A seguir os principais ativos e passivos transferidos:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Aplicações	Contas a pagar
683.974	1.567
Créditos com operações de capitalização	Débito de operações com capitalização
510	181
Não Circulante	2.998
Intangível	Depósitos de terceiros
2.998	1.009
Total do ativo	686.972
	Provisões técnicas - Capitalização
	682.237
	Total do passivo
	684.994
	Acervo Líquido
	1.978

Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria:** Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretor Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos. **Diretores:** Emil Andery; Laenio Pereira dos Santos; Reinaldo Amorim Lopes; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MT/2244

legais e normativos aplicáveis; • Avaliou e monitorou a eficácia do sistema de controles internos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o referido sistema é eficaz e adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; e • Reuniu-se com o Presidente da Companhia, com os sócios responsáveis pela empresa de auditoria contábil independente e com o Diretor responsável pela área de auditoria interna, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das suas recomendações pela administração da Companhia. II. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. III. O Comitê verificou o atendimento pela Companhia do disposto no caput do art. 15 da Resolução CNSP nº 168/2007 e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. São Paulo, 19 de fevereiro de 2020. Renato Russo - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; Jorge Augusto Hirs Saab - Membro.

de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Capitalização S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência acima referidos da Sul América Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Dinarte Ferreira Bonetti
Consultores Ltda. Atuário
CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45 MIBA 2.147

so obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Roberto Paulo Kenedi
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ CRC nº 1 RJ 081401/O-5

SEXTA ALTA CONSECUTIVA

Confiança do comerciante calculado pela CNC subiu 1,7% em fevereiro

Entidade apontou que Icec acumulou 128,3 pontos, o maior nível para o mês nos últimos sete anos

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), subiu 1,7% em fevereiro ante janeiro, para 128,3 pontos, informou ontem a entidade. Foi a sexta alta consecutiva. O nível de fevereiro é o maior em sete anos, desde feverei-

ro de 2012, informou a CNC. Em relação a fevereiro de 2019, a alta foi de 2,7%. Conforme a CNC, o item que mede a satisfação do empresário quanto às condições correntes foi destaque na leitura de fevereiro do Icec: com 113,2 pontos, o subitem teve as maiores taxas de crescimento em fevereiro, tanto na comparação mensal (+2,9%) quanto na anual (+11,5%).

“O estudo mostrou que, para a maioria dos empresários (61,9%), a situação atual da economia está melhor do que há um ano. Considerando a série histórica, a proporção é inferior apenas às registradas nos meses de janeiro de 2012 (62,9%), março e abril de 2011 (64,9% e 63,3%, respectivamente)”, diz a nota divulgada pela CNC.

Apesar do destaque para o avanço do item que mede a satisfação do empresário quanto às condições correntes, o subíndice referente às expectativas permaneceu no maior nível dentre os pesquisados, com 163,2 pontos - incremento de 0,5% em relação a janeiro. No comparativo anual, entretanto, houve retração de 2,8% ante fevereiro de 2019.

As intenções de investimento também apresentaram bons resultados em fevereiro, conforme a leitura do Icec. O índice chegou a 108,3 pontos, com alta mensal de 1,6% e anual de 3%.

“O destaque foi a intenção de investimento na própria empresa, que registrou novo crescimento mensal (+3,3%) e fechou o mês em 104,9 pontos, o melhor resul-

tado desde maio de 2014”, diz a nota da CNC.

O Icec de fevereiro mostra que 54,6% do total de entrevistados indicaram estar dispostos a ampliar os investimentos nas empresas. É a maior proporção desde maio de 2014. Em janeiro, 53,4% dos comerciantes aumentariam os investimentos em seus negócios, e, em fevereiro de 2019, 47,7%.